

Programa Bolsa Família

Atualizado em setembro de 2020

Sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), o fortalecimento e a ampliação do [Programa Bolsa Família \(PBF\)](#) foram fundamentais para a redução da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira.

Instituído pela [Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#), e regulamentado pelo [Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004](#), o PBF tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde, por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público.

Bolsa Família e Auxílio Emergencial

O ano de 2020 foi atípico para o PBF devido à pandemia de Covid-19 e às medidas tomadas para enfrentar seus efeitos econômicos. A edição da [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), marca o início da mobilização do governo federal para enfrentar essa situação sem precedentes. As medidas de isolamento social para evitar a propagação do novo Coronavírus afetaram duramente os segmentos mais vulneráveis da população, que exercem atividades no mercado de trabalho informal e têm rendimentos baixos e incertos.

Para atenuar os efeitos da pandemia sobre esse público, a [Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020](#) estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento do Covid-19, sendo a principal a criação do auxílio emergencial.

Esse benefício paga cinco parcelas de R\$ 600, sendo três previstas pela [Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020](#), e mais duas autorizadas pelo [Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020](#). Mulheres provedoras de famílias monoparentais recebem R\$ 1.200, sendo possível que mais um membro elegível da família receba o auxílio emergencial, que chegaria nesse caso a R\$ 1.800.

Em abril 1.220.000 novas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país ingressaram no PBF, fazendo com que o total de famílias beneficiárias do Programa chegasse a 14,27 milhões. Destas, 13,56 milhões (95%) passaram a receber o auxílio emergencial a partir daquele mês, pago em cinco parcelas.

Bolsa Família 2020



14,27 milhões de famílias PBF

271 mil famílias recebendo auxílio emergencial, sendo **R\$ 863,21** o valor médio mensal

12,53 milhões de famílias recebendo o auxílio emergencial residual, sendo **R\$ 525,39** o valor médio mensal por família

Setembro/2020

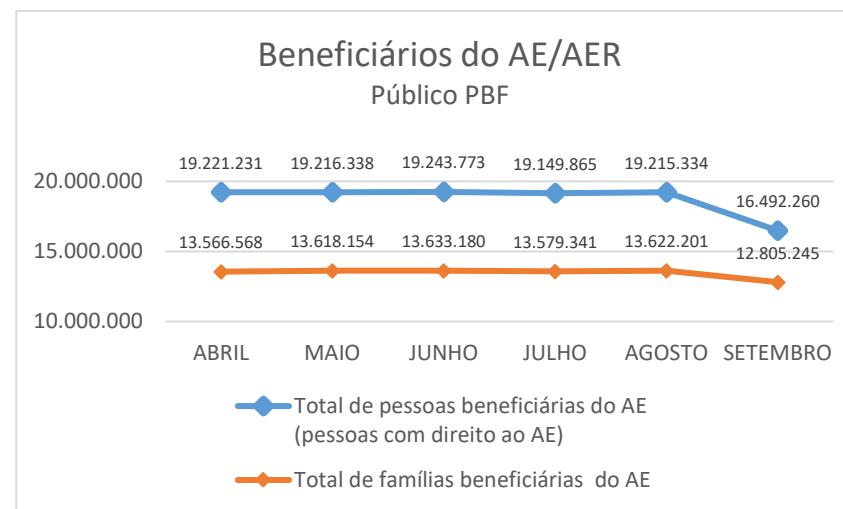
A concessão do auxílio emergencial para pessoas em famílias do PBF é feita sempre que o valor do auxílio é superior ao valor que a família recebia do Bolsa Família, observados os critérios de elegibilidade do auxílio emergencial.

Esse benefício é pago no valor de R\$ 600,00 por pessoa, limitado a duas pessoas por família, sendo no valor de R\$ 1.200 para a mulher responsável por família monoparental. Conforme o [Decreto nº 10.316, de 07 de abril de 2020](#), e o [Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020](#), o benefício do PBF dessas famílias fica suspenso enquanto elas estiverem recebendo o auxílio emergencial.

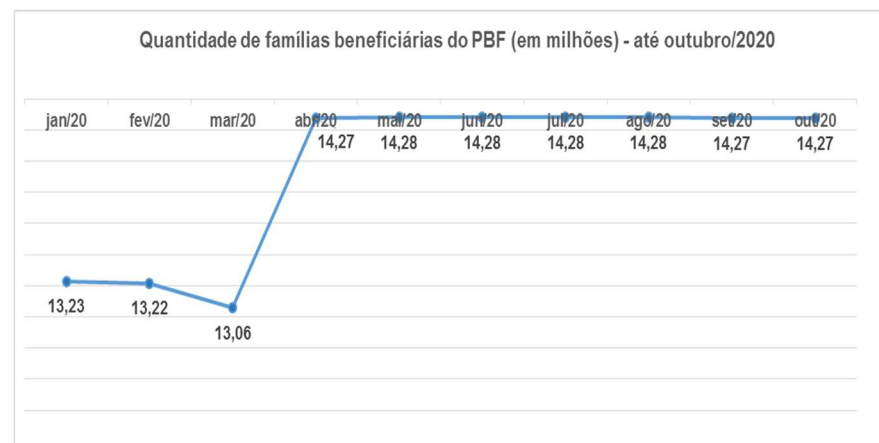
Caso as 14,27 milhões de famílias beneficiárias do PBF não tivessem sido beneficiadas pelo auxílio emergencial, elas receberiam, em média, R\$ 191 em benefícios do Programa, o que foi alterado para, em média, R\$ 1.118 com o pagamento do auxílio emergencial.

A extensão do auxílio emergencial, por meio da [Medida Provisória nº 1.000, de 02 de setembro de 2020](#), visa a garantir renda aos segmentos mais vulneráveis da população até o final de 2020.

Cerca de 61,4 milhões de pessoas foram consideradas elegíveis para o benefício, entre pessoas que se inscreveram por meio da plataforma digital da Caixa (aplicativo e site), pessoas inscritas no Cadastro Único e beneficiários do Bolsa Família.

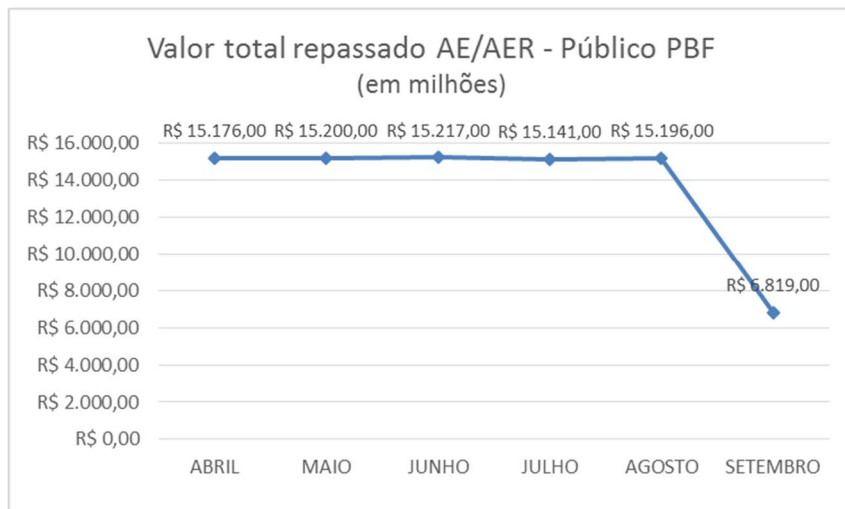


Fonte: Deben/Senarc/Seds¹



Fonte: Deben/Senarc/Seds

¹ Nota: para setembro, foram somados o total de beneficiários AE e AER



Fonte: Deben/Senarc/Seds²

Tanto no caso do auxílio emergencial quanto no caso do auxílio emergência residual, optou-se por manter as regras de pagamento do PBF para o saque pelos beneficiários do Programa. O calendário de pagamentos continuou o mesmo, sendo organizado de acordo com o último número do Número de Identificação Social (NIS). A opção pelo pagamento escalonado, já conhecido pelos beneficiários do PBF, teve como objetivos evitar dificuldades de entendimento e mitigar problemas de logística e aglomerações.

Com relação aos critérios de elegibilidade, a extensão do auxílio emergencial representou um avanço em relação ao auxílio emergencial, uma vez que leva em conta as recomendações dos órgãos de controle externo e interno e prevê a aplicação de critérios de não elegibilidade que visam aprimorar a focalização do público-alvo.

Ademais, foram também ajustadas as regras relativas ao quantitativo de cotas do Auxílio Emergencial Residual para cada família.

Desafios

Devido à pandemia de Covid-19, diversos procedimentos operacionais e de gestão PBF ficaram suspensos a partir de março de 2020. A [Portaria nº 335, de 20 de março](#), suspendeu por 120 dias as seguintes ações: averiguação e revisão cadastral; bloqueio, suspensão e cancelamento de benefícios do PBF pelo Ministério da Cidadania; ações especiais de pagamento; aplicação dos efeitos do descumprimento de condicionalidades de saúde e educação; bloqueio de famílias sem informação de acompanhamento das condicionalidades; e cálculo do fator de operação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do PBF e do Cadastro Único para apuração do valor do apoio financeiro à gestão descentralizada.

A [Portaria nº 387, de 15 de maio](#), adicionou outras medidas emergenciais de gestão do PBF: a suspensão das ações de administração de benefícios do PBF em nível municipal, e a aplicação das alterações cadastrais de famílias beneficiárias para gestão da folha do PBF.

A [Portaria nº 443, de 17 de julho](#), prorrogou por 180 dias a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do PBF e do Cadastro Único, mas determinam a retomada, a partir de agosto, das ações de administração de benefícios do PBF em nível municipal e das alterações cadastrais de famílias beneficiárias para gestão da folha de pagamento do PBF.

O objetivo das suspensões dos procedimentos operacionais e de gestão do PBF e do Cadastro Único foi evitar aglomerações nos centros de atendimento nos municípios, de forma a proteger os beneficiários do PBF e os trabalhadores da assistência social, além de garantir que todos os

² Nota: para setembro, foram somados os valores das folhas do AE, AER e PBF para o público que recebeu AER

beneficiários do PBF com perfil tivessem acesso rápido ao auxílio emergencial e à extensão do auxílio emergencial.

Condicionalidades do Programa

As ações de combate à pandemia de Covid-19 no ano de 2020 também afetaram fortemente o eixo das condicionalidades do Programa Bolsa Família. As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público para reforçar o acesso a direitos sociais básicos de saúde, educação e assistência social e, com isso, contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações.

Neste ano não houve coleta e registro da frequência escolar referente à condicionalidade de educação. As primeiras medidas de suspensão das aulas começaram a ser adotadas em março, ainda no primeiro período de acompanhamento do ano, referente aos meses de fevereiro e março. Em função da rápida expansão das medidas de afastamento social e de suspensão das atividades escolares nos sistemas públicos e privados determinadas pelos governos estaduais, municipais e do DF como medida de proteção e enfrentamento da emergência de saúde pública, o Ministério da Educação (MEC) entendeu não ser viável a realização do acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, situação que ainda perdura em setembro desse ano.

O acompanhamento das condicionalidades de saúde foi mantido. Entretanto, devido aos efeitos da pandemia sobre os serviços de saúde, a orientação do Ministério da Saúde (MS) foi não considerar obrigatório o registro de acompanhamento das crianças menores de sete anos e mulheres não gestantes no 1º semestre de 2020. Outra orientação do Ministério da Saúde foi a de que o registro das condicionalidades de saúde das beneficiárias gestantes fosse priorizado, na medida do possível, a fim de não prejudicar a concessão do Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG).

Como esperado, o percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde no primeiro semestre de 2020 caiu em relação ao mesmo período do ano anterior. Dos 23,5 milhões de beneficiários, 51,73% (12 milhões) foram acompanhados. Em 2019 a taxa de acompanhamento foi de 76,09% no mesmo período. O público mais afetado foi o infantil: das 7,3 milhões de crianças menores de sete anos, aproximadamente 2 milhões tiveram registro de acompanhamento, o que corresponde a uma cobertura de 25,48%. Dentre as que foram acompanhadas, o percentual de cumprimento continuou alto: 94% estavam com a vacinação em dia e 93,5% realizaram o acompanhamento do peso e altura.

Já com relação às mulheres, mais de 10 milhões foram acompanhadas, o que representa 63,58% das 16 milhões que fizeram parte do público para acompanhamento. A possibilidade de importação de informações do Sistema de Gestão do PBF na Saúde para o E-SUS AB explica o maior número de mulheres acompanhadas em relação ao de crianças. Essa importação é menos exitosa para as crianças, porque em geral esse público não tem CPF.

Das mulheres acompanhadas, 445.286 mil foram identificadas como gestantes, das quais 99,94% estavam realizando o pré-natal. Mesmo com a pandemia, o número de gestantes identificadas continuou estável em relação às vigências anteriores, mostrando o esforço e importante trabalho realizado pela rede de saúde nos municípios. O acompanhamento das condicionalidades de saúde referente ao 2º semestre de 2020 ainda está em andamento, mas dados os níveis de contágio ainda altos no país e a sobrecarga sobre o sistema de saúde, as orientações quando ao registro não obrigatório foram mantidas.

Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

O artigo 8º da [Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#), previu que a execução do Programa Bolsa Família se daria de forma descentralizada com adesão voluntária dos entes federados (art. 8º, caput e § 1º) e instituiu, também, uma metodologia para medir o desempenho desses entes na execução e gestão do PBF e do Cadastro Único (§ 2º).

Os resultados alcançados, medidos pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD), permitem que os municípios recebam recursos para viabilizar a consecução dos objetivos do Programa. A imagem abaixo mostra o desempenho dos municípios no IGD-PBF até agosto de 2020:

